

OSCAR TEIXEIRA JUNIOR

ALIENAÇÃO E TRABALHO

CAMPINAS, SP
1997

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Oscar Teixeira Junior

Trabalho e Alienação

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial
para o curso de Pedagogia com
habilitação em Administração Escolar
da Faculdade de Educação, UNICAMP,
sob a orientação da Professora doutora
Maria Inês Rosa.

Campinas, SP
1997

Aprovação

Prof. Dra. Maria Inês Rosa

Prof. Dra. Clara Germano

Campinas, 04 de dezembro de 1997

Resumo

O presente trabalho de TTC está dividido em três partes.

Na primeira parte, aborda três vertentes sobre o tema alienação presente nos autores Hegel, Feuerbach e Marx. E o faz a partir do livro de Laymert Garcia dos Santos, tendo como contraponto um outro autor, Vasquez (cfr. bibliografia citada).

O tema além de complexo gera ainda hoje bastante controvérsia e, ipso facto, a escolha do livro de Laymert G. dos Santos se insere nestes aspectos do tema, particularmente quanto ao segundo. Neste sentido, permanece em aberto o aprofundamento do tema em questão.

Já na Segunda parte, é apresentado, através da relação e leitura de três capítulos d'*O Capital* (cfr. bibliografia citada) a questão da alienação sob o prisma do fetichismo da mercadoria, enfatizando, a nível de trama dos conceitos, a mudança analítica neste autor, dessa questão.

Finalmente, na terceira parte, tece-se considerações sobre a presença do fetichismo, interrogando-se sobre suas mutações, no momento presente.

SUMÁRIO

Introdução	p. 1
Primeira Parte: Três Vertentes sobre a Alienação	p. 5
Hegel	p. 5
Feuerbach	p. 7
Marx	p. 9
Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844	p. 10
A Ideologia Alemã	p. 12
Segunda Parte: A Presença da Alienação no Trabalho	p. 15
A Mercadoria	p. 15
A Transformação do Dinheiro em Capital	p. 20
A Produção da Mais-Valia Absoluta	p. 21
Terceira Parte: Algumas Considerações	p. 24
Considerações sobre a alienação em Hegel	p. 24
Considerações sobre a Alienação em Feuerbach	p. 24
Considerações sobre os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844	p. 26
Considerações sobre a Ideologia Alemã	p. 28
Considerações sobre o Capital, capítulos I, IV e V	p. 29
Considerações sobre o desenvolvimento do pensamento marxista	p. 30
Conclusão	p. 31
Bibliografia	p. 33

Introdução

A intenção que motivou a escolha do tema “Trabalho e Alienação” para este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em Pedagogia, foi a necessidade de entender um pouco melhor quais os conceitos e idéias que embasam a definição de “alienação”, mais notadamente, no que diz respeito ao mundo do trabalho; por ser o trabalho algo intrinsecamente vinculado à realidade humana.

Um começo possível para uma introdução desse tipo, talvez seja buscar a origem etimológica do termo em questão. É com esse intuito que buscamos em Santos (1982) a definição que esse autor nos oferece.

“... Nos diferentes significados da palavra 'alienação' circula sempre uma noção de perda. Alienar vem do latim *alienare*, de *alienus*, que significa 'que pertence a um outro' (outro = *alius*). Alienar é, portanto, transferir para outrem o domínio de, é tornar alheio.”

Em nossos dias aplica-se o termo em referência, principalmente, à falta de consciência em relação aos problemas políticos e sociais; sendo que nesse último aspecto há que se destacar sua utilização no mundo do trabalho.

Relacionados ao termo alienação podemos encontrar vários outros termos que comumente aparecem associados ao primeiro, tais como: consciência, autonomia, autogestão.

Além de sua utilização relacionada ao mundo do trabalho, relação essa que servirá de eixo condutor em nossa pesquisa de conclusão de curso, podemos encontrar a palavra alienação relacionada a cultura, educação e política.

A alienação é compreendida como um fenômeno único que perpassa diversas esferas de atividades humanas, como as já explicitadas acima e, na mesma medida em que essas esferas são divididas e mantém a sua unidade - atividades do homem; forma de expressão humana - a alienação, embora manifestando-se em diversos campos, guarda sua unidade justamente na medida em que torna o sentido das coisas externas ao sujeito.

Em nossos dias o termo alienação acabou ganhando uma dimensão de senso comum, na qual é usado para definir e conceituar todos aqueles que não pensam ou agem da maneira que pensamos e agimos; todos aqueles com os quais discordamos provavelmente assim procedam por serem alienados, ao passo que, aqueles que conosco se identificam, e com isso nos valorizam positivamente, são conscientes, politizados, engajados, esclarecidos, ou vários outros adjetivos que poderiam aqui funcionar como correlatos.

Constata-se que o termo é usado em muitos sentidos, no mais das vezes conflitantes uns com os outros. Daí nos cabe a dúvida se é possível uma gama considerável de significados que permita a validade e existência de definições exclusivas, ou então, se o termo é empregado equivocadamente em alguns casos.

Também em educação, é comum ouvirmos discursos que nos dão conta da alienação na instituição escola. Sobre esse assunto, é corriqueiro o discurso das condições alienantes da estrutura de ensino, com sua hierarquia, sua centralização, além dos mecanismos, ocultos ou não, que produzem a alienação na instituição escola, como forma de reproduzir o contexto social vigente.

Fora do senso comum, alguns pensadores se detiveram na discussão do tema alienação, entre eles os de maior importância são Hegel, Feuerbach e Marx.

Enquanto Hegel alocava o termo em suas especulações filosóficas a respeito da consciência (a alienação seria a não consciência por parte do indivíduo dos valores do ser supremo) e Feuerbach a alocava no âmbito da religião, Marx foi o primeiro a trazê-la para a economia política, onde o trabalho apresenta-se como um importante elemento.

Como teremos a oportunidade de verificar, a reificação¹ é considerada por muitos teóricos como sendo um dos elementos constitutivos do modo de produção capitalista, tanto enquanto processo, como enquanto resultado.

É constante, na perspectiva humanista de leitura da sociedade, apontar a tomada de consciência como único modo eficiente para a superação desse quadro de alienação.²

Assim considerado, a função dos partidos proletários, sindicatos de classe, teóricos da sociedade e, por que não, da educação, seria conscientizar as pessoas de sua condição humana e dos perigos que o capitalismo representa à essa humanidade, uma vez que sua identidade encontra-se ameaçada.

Sob esta perspectiva, educar seria desalienar, na medida em que permite ao indivíduo a formação de sua individualidade e personalidade e fornece os elementos necessários para uma gestão de si mesmos (autogestão), tornando-os imunes à manipulação do interesses de mercado.

Outros autores, e talvez Marx em sua obra O Capital, acreditam que não faz sentido em discorrer sobre a alienação em contexto nenhum, porque o homem ainda que sofrendo as influências massificantes no processo de produção capitalista, não é **outro** (alius) que não ele mesmo.

Como consequência dessa última visão, nada merece o nome de alienação e se o merecesse, não seria superada pela aquisição da consciência.

É justamente essa temática que oferece tão amplas relações não só com a educação mas também com o momento histórico específicos que vivemos, que nos propussemos estudar como trabalho de conclusão de curso.

¹ Transformação do ser em "res", em "coisa".

² Veremos até que ponto essa argumentação se sustenta.

Acontece, porém, que durante o período de estudo sobre o tema, colocou-se a necessidade de recuperar a discussão sociológica a cerca do termo alienação, resgatando, principalmente, as contribuições de Hegel, Feuerbach e Marx.

Para obter uma compreensão da contribuição desses três autores³, usamos como obra de referência o livro do professor Santos⁴, que expõe a evolução conceitual do termo em aprêço e seus diversos sentidos.

Juntamente, efetuamos pesquisa bibliográfica, selecionando alguns autores que nos possibilitasse melhor compreensão sobre a questão da alienação. Assim a metodologia utilizada foi a da pesquisa bibliográfica.

O presente trabalho estará dividido, basicamente, e para fins de desenvolvimento das idéias a serem expressas, em três grandes partes.

Na primeira parte, recuperar-se-á o surgimento da discussão em Hegel, enfocando quais foram suas principais contribuições para o tema; a contribuição de Feuerbach, naquilo que ele avançou em relação ao seu mestre, Hegel; e a interpretação do “jovem” Marx sobre a temática, naquilo que guardava de identidade à interpretação de seus predecessores, bem como naquilo que avançou em relação a eles.

De Hegel, a obra em análise pelo professor Santos, e que servirá de referência, é a Fenomenologia do Espírito.

De Feuerbach, a análise insindirá sobre a obra Essência do Cristianismo e Filosofia do Futuro.

Do jovem Marx, duas serão as obras consideradas, pelo fato de se poder identificar em cada uma delas, momentos distintos da compreensão do tema pelo autor, a saber: Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844; e A Ideologia Alemã.

Na segunda parte, que caracteriza-se como uma continuação da discussão da evolução do termo alienação, através do pensamento de Marx, recorrerei ao livro O Capital⁵.

Como terceira parte, realizarei algumas considerações a respeito do conteúdo abordado nas partes anteriores, demonstrando a interpretação que elaborei sobre o assunto, e apontando uma nova possibilidade de trabalho, cujo enfoque principal é calcado nas contribuições do professor Schwartz⁶.

³Considerando que o TCC não tem por objetivo a elaboração de uma dissertação propriamente dita, em tudo o que aquela exige de rigor e exaustão de pesquisa.

⁴ Santos, Alienação e Capitalismo. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1982.

⁵ Mais especificamente, o capítulo “A Mercadoria”, do livro primeiro, tomo I.

Esses capítulos serão explicitados no devido momento, bem como a justificativa da seleção dos mesmos e sua importância para a compreensão do tema.

⁶ Através dos seminários e palestras que o referido professor ministrou na Unicamp - Universidade Estadual de Campinas -, durante o primeiro semestre de 1997; bem como de artigos desse mesmo professor, que tivemos acesso através do “Grupo de

Além dessas três partes já explicitadas, o presente trabalho contará ainda com uma breve conclusão, com a qual pretendo sistematizar os principais aspectos da “leitura” que fiz sobre o tema.

PRIMEIRA PARTE:

Três Vertentes Sobre a Alienação

Como ficará mais explícito no desenvolvimento desta discussão, alienação é entendida como uma certa perda ou distanciamento do homem em relação a si mesmo, à sua “natureza”.

A percepção do afastamento do homem em relação à sua suposta natureza tem nas figuras de Hegel, Feuerbach e Marx os seus melhores expoentes.

Cada um desses autores contribuiu significativamente para o desenvolvimento do tema no processo histórico que culminou na ruptura com a problemática da essência humana.

Imprescindível se faz, pois, figurar nessas páginas, ainda que sucintamente - e com isso perdendo um pouco da pretensão com uma maior clareza na exposição - a crítica social impressa no pensamento de cada um deles.

Antes, porém, não posso deixar de registrar a informação de que o conceito alienação surgiu não na sociologia (talvez uma maior correção exigiria que eu colocasse em termos de “âmbito social”) e sim na área médica, no século XIV, como forma de designar aqueles considerados como lunáticos, conforme nos dá a conhecer Santos.⁷

Também será Santos quem oferecerá ao nosso trabalho uma visão das três vertentes que se seguirão.⁸

Hegel

A obra básica de Hegel e que servirá de ponto de referência para esta análise é a *Fenomenologia do Espírito*, na qual a cisão entre sujeito e objeto figurará extremada para que a construção dialética (o sistema hegeliano) possa atuar nessa fissura objetivando provar que “a existência é consciência”.

Ficará evidente que seu projeto de superação da alienação fundamenta-se exclusivamente na tomada de consciência por parte do sujeito.

Para poder desenvolver seu raciocínio, o autor postula a existência de três mundos:

- 1 - mundo das aparências sensíveis, ou mundo imediato;
- 2 - primeiro mundo supra-sensível, ou mundo inteligível;

⁷ Santos, op cit, p 13.

⁸ Importantíssimo salientar, que as afirmações feitas a respeito de Hegel, Feuerbach e o “jovem” Marx que estarão sendo feitas em seguida, são interpretações realizadas por Santos e Vásquez, esse mais eventualmente. A interpretação do autor deste TCC encontrar-se-á localizada nos capítulos discussão e conclusão.

3 - segundo mundo supra-sensível.

É necessário compreender que a existência desses três mundos indica um deslocamento, um movimento no qual a consciência parte do primeiro para chegar ao terceiro, tendo passado, evidentemente, pelo segundo.

O primeiro mundo não é mediatizado por nada, ele é aquilo que é, captado imediatamente pelas sensações. Não é também o mundo real, mas o mundo “essencial”.

Nessa esfera, Hegel afirma ser a consciência uma consciência pura (em estado de pureza - primitiva); é a consciência em si, ainda não trabalhada ou “traduzida”.

No segundo mundo - que é caracterizado pela inteligibilidade - surge a reflexão do sujeito sobre si. Para empreender considerações sobre o seu “si mesmo” tem que sair de sua essência e objetivar-se (tornar-se objeto), ganhar concretude.

Contudo, o ser objetivado não é o ser propriamente dito, mais uma projeção do ser concebida por si mesmo, que na qualidade de projeção, mostra-se diferente de sua natureza (não é a coisa em si, mas uma ação da mesma).

Neste momento, a consciência intelectual, conforme Hegel, é consciência alienada - tornada outra, tornada objeto - porque não corresponde exatamente à consciência pura do primeiro estágio.

Há, portanto, um não reconhecimento de igualdade do segundo mundo em relação ao primeiro. Isto se faz compreensível à partir da afirmação hegeliana na qual atesta que sair da consciência pura é alienar-se, posto a incapacidade de pensá-la justamente como ela é. Esse movimento caracteriza a cisão (distanciamento) entre a consciência que pensa a si como objeto (com função de intelecção) e seu outro estado puro, ou essencial.

Justificadamente, levando em conta apenas a coerência interna de seu pensamento, Hegel afirma ser toda a cultura humana - a ação humana e seus construtos - a explicitação da alienação, pelo simples fato de ser uma manifestação do espírito, e não o espírito propriamente dito.

A forma de exteriorização da cultura é o trabalho.⁹ Logo, ao realizar essa afirmação, implica ser o trabalho uma atividade humana fundamentalmente alienada e produtora de alienação; e como o mundo humano é o mundo do trabalho, a sociedade é, e só poderia mesmo ser, uma instância que espelha esse distanciamento em relação à “natureza pura”.

Visando superar esse segundo momento, propõe como solução o emprego da razão. Ao empregá-la, faz com que o segundo mundo se reconheça não nas diferenças que guarda com o primeiro, mas na igualdade entre um e outro, porquanto expressão decorrente daquele.

⁹ Santos, op cit., p 21 “Hegel é o primeiro a descobrir a essência do trabalho, esse processo em que, objetivando suas forças, os homens criam sociedade e fazem história.”

Tendo essa identificação como ponto de chegada, conforme Hegel, a consciência deixa de ser consciência em si, como era na origem do processo, superando também a equivocada consciência de si, para transmutar-se em consciência para si, ou “Espírito Absoluto” - capaz de reconhecer a si próprio como sujeito e objeto, como ação e essência.

Em decorrência do desenvolvimento de sua argumentação, o saber (ciência) caracteriza-se como o “momento terminal em que a consciência soberana - Espírito Absoluto - conhece-se a si mesma ao saber que o mundo objetivo não é nada, não passa de uma projeção multifacetada de si mesma. Saber é portanto reconhecer que o mundo real (empírico, histórico) é apenas uma ficção transitória a ser ultrapassada para se chegar à única realidade verdadeira: a realidade do conceito”.¹⁰

Em decorrência disso, demonstra o autor, que a consciência passa por um processo no qual distingue-se dois momentos específicos: primeiramente, um movimento de cisão e, posteriormente, um movimento de reunião, sendo que o agente desencadeador da cisão é a razão humana, na sua expressão concreta enquanto trabalho; sendo também a própria razão o instrumento para a desalienação, porém agora como trabalho transcendente, abstrato.

Feuerbach

Este autor, que a princípio fora discípulo de Hegel, contribuiu na discussão do tema alienação, justamente no aspecto em que critica a teoria do mestre. Esta crítica é encontrada na “*Essência do Cristianismo e Filosofia do Futuro*”.

Equipara a doutrina do mestre com a religião (sobretudo a religião cristã) por considerar as duas como especulativas e abstratas, não fundadas na verdade (“a religião e o idealismo hegeliano são a mesma coisa.”). Tem pretensão com sua crítica de estar fundando o materialismo.

A ênfase de seu enfoque continua sendo a relação sujeito objeto. Pretende combater Hegel utilizando-se do método hegeliano, aquele proceder que divide o um em dois, para no momento seguinte dar-lhe novamente a unidade. Assim procede por compreender que tudo está em Hegel, porém com o sinal trocado - onde um empresta o sinal positivo o outro atribuirá o negativo, e vice-versa.

Não fala mais em três mundos - pois o sujeito que pensa não é diferente do sujeito em si -, contudo, acredita poder dividir o processo de consciência igualmente em três fases.

¹⁰ Ibidem, p 19. O grifo é meu.

1 - Primeiramente, postula a existência do objeto que não pediu para ser pensado. A essência não existe por si mesma, mas somente naquilo que tem realidade. As coisas sensíveis (reais) é que determinam o pensamento.¹¹

2 - O pensamento passa a debruçar-se sobre os objetos, ganha existência e, ao ser exercitado, ganha autonomia.

3 - Como final desse processo do objeto real que torna-se autônomo pelo pensamento, para novamente virar objeto - agora consciente dessa sua característica objetiva -, houve nesse percurso uma reconciliação do pensamento com a realidade.

Igualmente ao que acreditava seu mestre, Feuerbach afirma a existência de dois movimentos, sendo o primeiro aquele no qual o sujeito aliena-se e o segundo aquele no qual ele volta a si.

A alienação, conforme percebida em Feuerbach, cria uma dupla oposição, primeiro porque opõe o homem à realidade e, segundo, porque opõe o homem à espécie.

Se, para Hegel, a consciência, depois de passar pelo real, ao ganhar autonomia, caracterizava o final do processo de desalienação, para seu discípulo, se caracterizará, por seu turno, a própria alienação, que deverá ser superada com a consciência se submetendo à existência.

Se em Hegel, o movimento poderia ser descrito em termos do deslocamento entre: Sujeito → Objeto → Sujeito; para Feuerbach, o movimento se coloca nos termos da jornada de: Objeto → Sujeito → Objeto.

A ciência e a filosofia não devem afastar-se do sensível, mas aproximar-se dele através do pensamento.

O problema da teoria de Feuerbach é querer superar a abstração justamente com o uso da abstração, provocando assim uma contradição dentro de seu pensamento.

Como objeto, o homem “é o único que tem a capacidade de se pensar como objeto e de pensar os outros objetos como objetos. Essa característica não é específica do indivíduo, pertence à espécie...”¹²

No entender do autor, o homem é um ser genérico, um ser que guarda para com seus pares uma identidade natural, uma essência.

Sua maior contradição é colocar a primazia do pensamento sobre o real, porque, no seu construto teórico, é pensando que o sujeito torna-se objeto e pode então encontrar a realidade do mundo sensível, negando o primeiro “estado” no qual o objeto existia sem

¹¹ Feuerbach pretendia ter fundado o materialismo sobre esta premissa, o que, não obstante, seria verdadeiro. O problema é que a existência que coloca como sendo o equivalente ao princípio da vida social não é o homem real, dado concretamente; é o homem genérico. A “base real” de que parte é uma abstração.

¹² Santos, op cit, p 28.

consciência de si: “Mas essa realidade primeira só tem existência *depois*, isto é, depois que foi pensada como realidade primeira. Assim, o sensível está no final do processo e não no seu começo (só aparece depois de filtrado pela razão).”

É Feuerbach quem afirma: “O intelecto ou a razão é finalmente um ser necessário. A razão porque só a existência da razão é razão, porque se não houvesse razão não haveria consciência, tudo seria igual ao nada¹³, o Ser igual ao não-ser. Somente a consciência funda a diferença entre o Ser e o não-ser.”¹⁴

Marx

Ao Tratar de alienação, muitos autores afirmam estar adotando a definição marxista do termo, como se em Marx tivesse uma conotação unívoca.

Santos¹⁵ consegue distinguir pelo menos cinco possibilidades de leitura de alienação na obra marxista:

- 1 - Através de uma indistinção das diferentes conotações do termo. Toma uma das definições como sendo a única e desconsidera as demais;
- 2 - Através da ruptura entre o “jovem Marx” e o “velho Marx”;
- 3 - Através do desenvolvimento do pensamento marxista na evolução que o leva da alienação ao fetiche da mercadoria;
- 4 - Através da sustentação de que alienação é um fenômeno irreduzível do processo social, do qual o indivíduo ou a sociedade não podem entrar nem sair.
- 5 - Através de uma leitura particular por Guatari e Deleuze (Não fornece maiores explicações).

No entanto, Santos adota para si a escolha de três momentos “fortes” e distintos do/no pensamento marxista: “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844”; “A Ideologia Alemã”; e “O Capital”.

Na interpretação de Vasquez¹⁶, estes três momentos da produção marxista permite caracterizar a alienação de três formas, respectivamente:

- 1 - categoria central do marxismo;
- 2 - conceito ideológico e não científico;
- 3 - “conceito que desenvolvido concretizou-se, enriqueceu-se e tornou possível a elaboração de conceitos fundamentais do materialismo histórico”¹⁷.

¹³ O grifo é meu.

¹⁴ Santos, op. Cit., p 29.

¹⁵ Opus cit., p 31.

¹⁶ Vasquez, opus cit, p 433

Estarei considerando esses três momentos que os referidos autores sugerem, por acreditar, efetivamente, justificada a interpretação de que são momentos distintos e que, na sua distinção, servem para explicar o itinerário do pensamento marxista desde o primeiro momento em que pôs para si o termo alienação, até a formulação do conceito de fetichismo.

O primeiro momento, é marcado pela separação de Marx com o “velho mestre”, Hegel. Esta ruptura está contida nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844. Nos Manuscritos, há a crítica *contra* Hegel, criticando este *no interior* de seu sistema (hegeliano), pensando *com/por* Feuerbach.

No segundo momento desvincula-se totalmente de Hegel - procedendo de forma igual para com Feuerbach -, melhor dizendo, consoma sua superação. Esta fase corresponde a A Ideologia Alemã.

E, finalmente, no capítulo intitulado “*A Mercadoria*”, no livro O Capital, inventa um novo método e circunscreve a estrutura da alienação capitalista.

Os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844

Na obra em aprêço, o autor tenta unir a descoberta de Hegel a respeito do trabalho e alienação, com a “antropologia” de Feuerbach e suas análises sobre o homem real. Para alcançar seus objetivos, leva a questão para o campo da economia política.

O que interessou-lhe na economia política foi constatar como as categorias conceituais eram formadas e, constatou que os economistas não reconheciam em momento nenhum a alienação do trabalho. Adotou para si a tarefa de explicitar essa alienação.

Marx localiza o princípio da alienação quando “o objeto que o trabalho produz deixa de ser um meio de subsistência direto e a confirmação da existência do trabalhador e passa a ser fonte de lucro.”¹⁷ Em decorrência dessa constatação, afirma que o operário fica mais pobre na medida em que produz mais mercadoria.

Está dizendo, que o trabalho não objetiva-se no processo/produto, ao contrário, tanto processo como o produto, na sociedade que é capitalista acaba por “negar” a existência do trabalhador.

Realiza-se assim uma inversão considerável, o operário passa a existir só pelo trabalho, quando, na verdade, deveria ser preservada a relidade que demonstra que só por existir é que ele pode trabalhar.

¹⁷ Vasquez, *ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*, p 35.

No/pelo trabalho¹⁹ caracteristicamente capitalista o sujeito cessa a posse sobre si e transforma-se em propriedade do capitalista - aliena-se. Em decorrência disto, o trabalho é alienado e cria o modo pelo qual os homens relacionam-se uns com os outros.

Nas palavras de Marx, a essência do homem é produzir, é o próprio trabalho. Sendo o trabalho uma atividade alienada (dados os moldes capitalista), tanto o trabalhador, que não tem a posse do seu trabalho e do que é produzido por ele, quanto o capitalista, que não trabalha, são alienados, perdem a proximidade com sua essência.

Não bastando dizer que o trabalho é a essência humana, afirma Marx²⁰ ser o homem um ser genérico:

“O homem é um ser genérico,...Na medida em que o trabalho torna estranho ao homem primeiro a natureza, segundo ele próprio, sua própria função ativa, sua atividade vital, torna o gênero estranho ao homem.”

É possível esquematizar o desenvolvimento teórico de Marx encontrando nele três momentos distintos, que particularmente nos remete a Feuerbach:

- 1 - O homem é um ser genérico cuja essência é o trabalho;
- 2 - Enquanto sujeito que realiza um trabalho alienado ele estranha-se como indivíduo e como pertencente ao gênero humano;
- 3 - Tomando consciência, reconcilia-se com o gênero humano e seu trabalho serve para ratificar essa sua identificação.

O segundo momento é alienado porque não reconhece na espécie sua identidade e faz de sua existência física (reduzida a abstração) a finalidade última da vida. Por assim dizer, produz como consequência o estranhamento do gênero pelo ser, assim como o estranhamento do ser consigo mesmo.

Propõe como método para a desalienação a tomada de consciência pelo proletariado; tomada de consciência de ser um ser genérico que não deve se submeter aos interesses dos capitalistas, posto esses interesses serem contrários à essência do gênero.

O proletariado consciente fatalmente marchará orgulhoso e resoluto para o comunismo. Por sua vez, o comunismo irá abolir a propriedade por ser ela o produto do trabalho alienado.

Pelo comunismo, o homem será capaz de se reconciliar consigo mesmo, com o gênero humano e com a natureza.

“O comunismo é a vitória do ‘Homem Total’ de que fala Marx; a vitória do Homem Total é, mais uma vez, a vitória da consciência.”²¹

¹⁹ Segundo a interpretação que Laymert dá a Marx.

²⁰ Santos, op cit, p 38.

²¹ Santos, op cit, p. 42.

Oportuno é recordar que houve um movimento iniciado pelo “Espírito Absoluto” de Hegel, avançando com o “Sujeito Absoluto” de Feuerbach, para chegar aqui no “Homem Total” de Marx.

A Ideologia Alemã

Através de Feuerbach, e conforme a interpretação de Santos, Marx pretende desfazer-se das idéias que expressou nos “Manuscritos de 1844”.

Toda a discussão até o momento estava centrada na questão da consciência, Marx pretende romper com essa tradição ao demonstrar de forma não dogmática, nem arbitrária, como a consciência é produzida, através das relações sociais, que nada mais são do que relações de produção social.

Por esse motivo, formula três premissas para desenvolver seu pensamento.

Primeira premissa: os seres humanos existem. Este é o ponto de partida de tudo. Sua existência é diferente da existência dos animais porque ele produz seus próprios meios de subsistência.

Segunda premissa: satisfeitas as suas necessidades mais básicas (comer, beber, morar, vestir-se,...), a ação de as satisfazer e os instrumentos utilizados para levar tais ações a cabo, produzem novas necessidades.

Terceira premissa: os homens procriam e renovam a vida.

O “primeiro fato histórico” é a preexistência dessas três premissas. Esse primeiro fato histórico já pode ser compreendido como relação social porque os indivíduos produzem a si mesmo e aos outros.

Pois bem, daí decorre que a consciência (representação que os indivíduos fazem da realidade) reflete exatamente o que os indivíduos são, ou seja, a dependência dos mesmos em relação às condições materiais de sua produção.

Disso resulta o fato primordial: “determinados indivíduos, que exercem atividades produtivas de determinado modo, estabelecem relações sociais determinadas.”²²

Fica explícita a mudança de discurso. O “ser dos homens” - não se fala mais em Homem com esse H maiúsculo - deixa de ser algo essencial, pois é “o seu próprio processo de vida real”.

Marx passa então à quarta premissa: A determinação que desemboca em um modo de produção específica, determina, igualmente, a relação que os homens mantêm entre si, sendo essa relação, ela própria, uma força produtiva.

²² Santos, op cit, p 46.

A consciência (representações, idéias, sentimentos) derivam diretamente de como os homens se comportam. A consciência está sempre “desfocada” (“aquém ou além”) da vida real, nunca com ela coincide totalmente:

“A consciência nunca pode ser senão o ser consciente; o ser dos homens é o seu próprio processo de vida real.”²³

A primeira consciência, nas palavras de Marx, é uma consciência gregária, tribal. Imediatamente após essa consciência, surge uma divisão de trabalho apoiada nas características sexuais e físicas dos sujeitos. Finalmente, surge após esses momentos, a divisão do trabalho entre teórico e prático.

O trabalho teórico tem como sustentáculo a abstração e, é justamente no momento em que ele ganha existência, separando-se do trabalho prático, que surge a alienação (novamente objetivando-se na forma de propriedade).

Com a alienação fica constituído o momento irreversível: a fixação da atividade social, a objetivação do produto em força autônoma, escapando do controle dos homens.

Gostaria de destacar aqui o acerto de contas de Marx para com o humanismo. A alienação é um produto da história dos homens, ao contrário do distanciamento do Homem em relação à sua essência metafísica.

Sua crítica a Feuerbach, é direcionada para o fato de ser o homem um objeto sensível, concreto, real, contrapondo-se a idéia do homem como objeto do pensamento (consciência pura).

Marx assume para si a tarefa de apontar como as relações sociais vão-se deslocando gradativamente mais em relação ao homem, estabelecendo o traçado desse movimento de autonomização que transforma tudo em relação monetária.

Outro destaque do construto marxista é a constatação de que a autonomização das relações como relação financeira, encobre o fato de existir oposição entre os homens. As forças não são humanas -sob o domínio da alienação -, são forças da propriedade privada.

Surge então a questão crucial para o materialismo²⁴ já fundado, sua verdadeira “encruzilhada”:

Ou é possível reverter o processo pelo qual as relações humanas tornaram-se autônomas em relação aos homens, ou deve-se admitir que o problema é irreversível. Santos²⁵ indica que Marx vislumbrou os dois caminhos possíveis. “A opção é terrível e engaja

²³ Ibidem.

²⁴ O materialismo constitui-se sob o alicerce das três premissas marxistas, posto serem premissas não ideais. Contrariamente, dão conta da realidade da existência do homem em sociedade e da origem das representações por eles idealizadas.

²⁵ Santos, op cit, p56.

nada mais nada menos que um compromisso com o idealismo detestado, ou o prosseguimento da construção do materialismo,..."

O autor acaba optando pelo primeiro caminho, apostado numa desalienação via tomada de consciência da realidade material do homem (o comunismo continua sendo o caminho apontado), tornando pouco compreensível aquilo que designou *momento irreversível*.

É a questão da consciência ganhando um novo sopro de vida, por meio daquele que mais esforçou-se para superá-la.

SEGUNDA PARTE: A Presença da Alienação no Trabalho

O Capital (Livro primeiro: “O Processo de Produção do Capital”)

Vimos que n’*A Ideologia Alemã*, Marx inscreve definitivamente a alienação no modo de produção capitalista, objetivada pelo trabalho em forma de mercadoria e de propriedade do capitalista.

O livro primeiro (mais especificamente, o capítulo primeiro) é designado por Santos como o último espaço, na obra marxista, no qual a alienação vai aparecer no plano principal.²⁶

Esta afirmação de Santos está calcada no fato de que, no capítulo em apreço, Marx deixa de trabalhar com o termo alienação, motivado pela análise realizada sobre a mercadoria e que permite identificar no conceito fetichismo o dado substitutivo ao que antes era designado por alienação.

O termo fetichismo é empregado por melhor explicar as relações sociais como sendo relações humanas, ainda que dissimuladas em relações mercantis (relações entre mercadorias ou coisas); dissimulação esta que tem a finalidade de tornar velada a exploração do homem pelo homem.

Seção I - Capítulo I “A Mercadoria”²⁷

Marx, no capítulo I do livro primeiro, intitulado “A Mercadoria”, começa a tecer uma série de considerações sobre as características da mercadoria, para que ao final do capítulo ele possa apontar a forma “fetichista” sobre a qual ela aparece nas relações humanas, mais especificamente, nas relações mercantis.

Para tanto, ele começa por identificar dois fatores da mercadoria, os quais chama de “valor de uso” e “valor”.

O “valor de uso” está relacionado com a utilidade que uma coisa, dadas as propriedades do seu corpo, tem para os homens (propriedades úteis). O valor de uso, portanto, tem por objetivo específico o consumo. Por exemplo, ninguém consome uma bota por motivo diferente de ser ela uma bota e de, por assim ser, satisfazer necessidades específicas associadas às suas propriedades.

Em contrapartida, o “valor”, ou “valor de troca”, conforme a argumentação marxista, é um valor que “...aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção no qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece,

²⁶ Santos, op cit, p 57.

²⁷ As considerações feitas à respeito de O Capital, nos capítulos explicitados adiante, são de minha autoria. A numeração das páginas citadas são da obra em apreço.

portanto, o algo casual e puramente relativo;...”²⁸ Ou seja, não é um valor em si, é um valor na relação com outros valores.

Caracterizada como valores de troca, diz Marx, as mercadorias tornam-se indiferentes ao seu modo de existência natural, não contam enquanto qualidades específicas para fins específicos, singulares, passam a resumir apenas quantidades determinadas que se substituem mutuamente na troca.

O autor faz questão de destacar que o valor de troca é apenas o “modo de expressão”, a “forma de manifestação” de um conteúdo, não sendo esse mesmo conteúdo.²⁹

As duas faces da mercadoria encontram-se em estado de antinomia, porque, como valor de troca, a mercadoria nega toda as qualidades afirmadas pelo valor de uso.

Prosseguindo com o raciocínio, nos diz que se duas mercadorias distintas, inclusive em quantidade, podem ser igualadas em um mesmo valor (tal quantidade de uma mercadoria equivale a X quantidade de uma outra mercadoria), então, ambas poderão ser igualáveis a uma terceira mercadoria, ficando seu “valor” redutível a essa terceira mercadoria.

Não obstante, o que torna possível o aparecimento do “valor de troca” entre as mercadorias é a abstração dos valores de uso intrínseco a elas.

Abstraído o “valor de uso” das coisas, o autor nos afirma que só resta a elas a propriedade de serem produtos do trabalho; o que o leva a afirmar que “...ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um dos outros para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato, (dispendio de força humana, sem consideração pela forma como foi dispendida)”.³⁰

Como consequência da abstração desse caráter útil, bem como a desconsideração do próprio trabalho particular e concreto, um bem, ou “valor de uso”, possui “valor” apenas e porque há nele a manifestação do “trabalho humano abstrato”.

Marx nos explica, que para se chegar nesse conceito de “trabalho humano abstrato” é realizada uma “média” do trabalho social. Tal média, nada mais é do que a imputação de um tempo gasto, em situações normais, e em um determinado tempo/espaco específico, para se produzir um “valor de uso” qualquer. Assim sendo, a grandeza de um “valor” pode ser medida pelo *quantum* de “trabalho humano abstrato” empregado na elaboração do produto.

Todo este raciocínio, aponta para o fato de que quanto maior for a força produtiva, menos tempo será gasto na produção de um bem e tanto menor será o seu “valor”.

²⁸ Marx, “O Capital”, p 41 .

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Opus cit, p 47. O grifo é meu.

Esta questão dos valores, leva diretamente à questão do “duplo caráter do trabalho”.

Na página 50, o autor conceitua o trabalho produtor de “valor de uso” como condição humana de existência - opinião esta com a qual sou consonante -; dando a ele o nome de trabalho útil. No outro extremo, oposto ao trabalho útil, está o trabalho abstrato.

Em momento posterior, o autor abordará qual é a dinâmica desse aspecto duplo do trabalho.

Dando seqüência ao raciocínio de análise sobre a mercadoria, Marx faz considerações a respeito da forma na qual ela se apresenta: objeto de uso e, simultaneamente, portador de valor (duplicidade de forma). Chama-nos atenção para o fato de que o “valor” da mercadoria não possui nenhum “átomo” de realidade, não é palpável, não possui corpo; por assim dizer, é uma abstração. Não obstante, no que diz respeito a objetividade do “valor”, esta se encontra na “medida em que são expressões de uma mesma substância social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra”.³¹

A objetivação social do “valor” da mercadoria possui uma forma comum de expressão: o dinheiro. Esta análise de Marx, pretende demonstrar o porque da construção social do dinheiro.

Pretendendo elucidar satisfatoriamente a gênese do “valor”, e com isso a gênese do equivalente de “valor” denominado dinheiro, o autor aponta para as três formas básicas do valor, a saber: A) Forma simples, singular ou acidental de valor; B) Forma de valor total ou desdobrada; C) Forma geral de valor; D) Forma dinheiro.

Me deterei um pouco nessas quatro formas de valor apresentadas por Marx, no intuito de poder explicar, na seqüência, o caráter fetichista da mercadoria e “seu segredo”.

A forma simples de valor é a relação de uma única mercadoria com outra mercadoria de tipo diferente, independente de que tipos sejam essas mercadorias. Essa relação se evidencia na equação: X da mercadoria A é igual a Y da mercadoria B.

O valor simples permite, contudo, a expressão de si em “forma relativa de valor” e “forma equivalente”, sendo que a primeira representa um papel ativo e a segunda um papel passivo; isto por que a mercadoria A projeta seu valor na mercadoria B, sendo que esta última serve apenas como material de expressão da mercadoria A. Essas duas formas “se pertencem, uma à outra, se determinam, reciprocamente, inseparáveis, mas, ao mesmo tempo, são extremos que mutuamente se excluem e se opõem, polos da mesma expressão de valor”.³²

Usando o exemplo do linho e do casaco como duas mercadorias em relação, sendo a primeira expressa na segunda, Marx demonstra que o “valor” de uma mercadoria é projetado - como por espelhamento - no corpo da outra mercadoria, no “valor de uso” da outra mercadoria. No exemplo apresentado o “valor” do linho está explicitado no

³¹ Marx, op cit, p.55. O grifo é meu.

³² Ibidem

“valor de uso” do casaco. Assim, é dito que tal quantidade de linho vale um casaco; a quantidade de linho que terá como equivalente ao casaco é determinada pelo *quantum* de trabalho humano, sendo que deve haver a igualdade de trabalho humano despendido na produção do linho e do casaco. E é justamente essa mesma quantidade de trabalho humano que torna possível a equivalência de um casaco em 20 varas de linho, conforme o exemplo utilizado pelo autor.

Tão logo o casaco assumiu o lugar de equivalente, deixou de expressar sua própria grandeza de valor, passando a expressar o valor do linho. Como peculiaridade, percebe-se na forma equivalente como o valor de uso passa a manifestar seu contrário: o “valor” e, por desdobramento, a forma relativa de valor encontra o “valor” de si como algo inteiramente distinto de seu corpo.

Percebe-se, na relação de valor, o quanto o trabalho humano vai perdendo sua concretude, como as próprias coisas vão perdendo sua concretude, até assumir nova forma:

“Na expressão de valor do linho, a utilidade do trabalho do alfaiate não consiste em que ele faça um casaco, hábitos ou até monges, mas que produza um corpo em que denota valor, massa de trabalho, portanto, que absolutamente não se distingue do trabalho objetivado no valor do linho”.³³

Depreende-se ao nos remetemos ao trecho supracitado, como o trabalho concreto se converte na forma de manifestação de seu contrário, o trabalho abstrato. Na medida em que vai se transformando em trabalho abstrato, seu caráter privado também vai desaparecendo, passando a significar uma massa de trabalho indistinta de particularidades. É justamente a supressão dessas peculiaridades que vai tornando possível a construção do fetichismo do mundo das mercadorias, conforme ficará explícito mais para a frente.

Em momento anterior, durante o desenvolvimento do seu raciocínio, o autor havia apontado que os produtos são, a um só tempo, valor de uso e valor de troca; neste momento, ressalta que tal procedimento só se justificou para efeito de argumentação, porque um determinado produto não é nunca valor de troca em si, mas somente na relação com um outro produto.

A antítese que se queria interna ao produto - ser simultaneamente valor de uso e valor de troca - é na verdade uma antítese externa, inerente a relação com outros produtos. A forma simples de valor de uma mercadoria, já traz em si a antítese entre “valor” e valor de uso.

Contudo, a forma simples de valor é insuficiente, porque “...não permite representar sua igualdade qualitativa e sua proporcionalidade quantitativa com todas as outras mercadorias”.³⁴ Faz-se necessário, portanto, uma “forma geral de valor”, na qual o valor é comum a todas as mercadorias, possuindo todas elas um valor “relativo” através de

³³ Marx, op cit., p 66

³⁴ *ibidem*, p. 70.

uma outra mercadoria de valor “equivalente”. Assim sendo, por exemplo, todas as mercadorias podem ter seu valor expresso pela igualdade com o linho (que passa a desempenhar o papel de equivalente geral), perdendo contato não só com seu valor de uso, mas com todos os valores de uso. Segundo o autor em apreço, essa forma é a primeira, portanto, a relacionar as mercadorias entre si como “valores”, fazendo com que apareçam somente enquanto valores de troca. A forma geral de valor só aparece como obra comum do mundo das mercadorias, não possuindo corporeidade ou forma fisicamente palpável. É “mera existência social”³⁵

A transição da forma de valor geral para forma de valor dinheiro é bastante simples de se entender depois do “percurso percorrido”. Dinheiro pode ser identificado como o gênero específico de mercadoria, com a qual sua forma natural se funde socialmente, e confunde-se com forma equivalente.³⁶

A relação de uma mercadoria com o dinheiro é a forma preço.

Pois bem, passaremos agora a discutir o caráter fetichista da mercadoria e o segredo deste caráter.

Para realizarmos essa análise, oportuno é citar Marx, quando este revela a natureza do enigma da mercadoria:

“A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos”.³⁷

A cisão existente do produto do trabalho entre valor de uso e valor, explica o autor, realiza-se na prática, apenas quando a permuta entre os produtos tenha alcançado uma importância tão grande que se produza coisas úteis para serem trocadas, considerando o valor de troca na própria justificativa da produção.

Para a discussão do tema que me propus a realizar, a relação entre trabalho e alienação, é importante ressaltar que a grandeza de valor expressa em uma mercadoria é o tempo de trabalho despendido na sua elaboração, e esse tempo, segundo Marx, “é um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias... É, porém, essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente

³⁵ *Ibidem*, p. 74.

³⁶ Na história, foi a mercadoria ouro que ocupou, com destaque, o caráter de dinheiro, antes do surgimento do papel moeda.

³⁷ Marx, *op cit*, p. 81.

dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência ”.³⁸

Segundo minha compreensão, e mais tarde poderei discorrer um pouco mais sobre esse assunto, o mundo das mercadorias possui uma nota de alienação, na justa medida em que tenta esconder ou eliminar a realidade de que as relações mercantis são relações, em última instância, entre homens. Se, por um lado, possui de fato essa nota de alienação, não significa, contudo, que deixa de ser homens se relacionando uns com os outros.

Seção II - Capítulo IV - Transformação do Dinheiro em Capital

Compra e venda da força de trabalho

Até aqui, foi visto o surgimento do valor e sua personificação no valor dinheiro. Neste capítulo, o autor aborda a forma pela qual esse dinheiro se transforma em capital.

A transformação do dinheiro em capital não ocorre no dinheiro em si, mas do como esse dinheiro é empregado, ou, nas palavras do autor, como esse dinheiro é consumido.

Para conseguir extrair valor de consumo de uma mercadoria, o possuidor de dinheiro, conforme Marx salienta, precisaria descobrir entre as mercadorias em circulação no mercado, uma mercadoria cujo valor de uso tivesse como peculiaridade ser fonte de valor, em consequência, seu consumo seria objetivação de trabalho e, com isso, produção de valor.

Essa mercadoria, o possuidor de dinheiro encontra sob o nome de capacidade de trabalho ou força de trabalho. Vejamos como Marx conceitua força de trabalho;

“Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie”.³⁹

Disso se conclui, que para a força de trabalho ser entendida como mercadoria é necessário que seu possuidor, seu proprietário, a ofereça em mercado. Para vendê-la, é necessário dispor dela, “ser livre”⁴⁰ proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa”.⁴¹

Depreende-se que o ato de vender sua força de trabalho pressupõe liberdade e posse de si, tudo o que há de mais distante de alienação.

³⁸ Ibidem, p. 84.

³⁹ Marx, op cit, p. 187.

⁴⁰ O grifo é meu.

⁴¹ Marx, op cit, p. 139.

O fato do possuidor vender sua força de trabalho não o reduz à condição de mercadoria, pois, para isto, seria necessário que essa venda fosse irreversível e para sempre. Não renuncia, no ato da venda, sua propriedade sobre a capacidade de trabalho que possui, alienando-a a outrem, o que ele aliena é o uso desta força por determinado período, e não ela mesma.

A mercadoria força de trabalho, guarda com as outras mercadorias algumas semelhanças, como o fato de que seu valor é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. Enquanto valor, representa apenas uma certa quantidade de trabalho social médio nela objetivado.

Guarda também em relação às outras mercadorias ao menos uma diferença substancial, o fato de conter um elemento moral e histórico, que nada mais é do que a determinação temporal e espacial das necessidades e modos de satisfazê-las que a sociedade propõe/permite aos trabalhadores.

Um dado de importância elevada e para o qual Marx nos chama a atenção é que a capacidade de trabalho não é nada se não for vendida; se não for executada.

Seção III - A Produção da Mais-Valia Absoluta

Processo de trabalho e processo de valorização

O próprio trabalho nada mais é, conforme Marx, do que a utilização da força trabalho, extinguindo-se nessa utilização. “O trabalho está incorporado ao objeto sobre o qual trabalhou”.⁴²

A distinção das épocas econômicas não está no que se faz, mas no como se faz e com quais meios. Independente das épocas, o trabalho tem como característica principal gastar seus elementos materiais no seu próprio ato, sendo por isso processo de consumo. É nesse sentido que o autor argumenta que “Este gasta os produtos como meios de vida do indivíduo, enquanto aqueles os consome como meios através dos quais funciona a força de trabalho posta em ação pelo indivíduo. O produto do consumo individual é, portanto, o próprio consumidor, e o resultado do consumo produtivo um produto distinto do consumidor”.⁴³

O processo de valorização

Já foi dito e demonstrado por Marx, que os valores de uso não são apenas produzidos para seu consumo, mas, principalmente no caso do capitalista, os produtos são produzidos para serem trocados.

Ao produzir determinada mercadoria, o capitalista pretende que o “valor” dela seja mais alto do que a soma dos valores das mercadorias exigidas na sua produção, os meios de

⁴² Marx, op cit, p.205.

⁴³ Ibidem, p. 208.

produção e a força de trabalho. Intenta ter lucro com essa operação (o retorno ser maior do que o investimento).

O trabalho deixa de ser nessa operação um trabalho específico, produtor de uma mercadoria específica, e sua objetividade e subjetividade não se expressa mais no resultado do processo. Ao contrário, aqui o trabalho virou uma “massa” indistinta, ou trabalho social médio; o que nada tem a ver com as particularidades de cada processo, com a identidade dos trabalhadores, etc.

Quando o capitalista faz o contrato de trabalho, leva em consideração, como se pode verificar da explicação marxista, o *quantum* de tempo de trabalho necessário para que a força de trabalho possa se manter e se reproduzir; ou seja, o quanto de tempo de trabalho social necessário para satisfazer as necessidades estritas à conservação da capacidade de trabalhar do trabalhador (essas necessidades são variáveis conforme os períodos históricos).

Segundo o exemplo utilizado em n’O Capital, no capítulo cinco⁴⁴, o capitalista ao estabelecer o valor diário da jornada de trabalho em 3 xelins, assim procedia porque esse valor significa meia jornada de trabalho; tempo necessário para que o trabalhador tire do trabalho sua subsistência para manter sua capacidade de trabalhar. O capitalista permite que o trabalhador use seu maquinário e matérias para produzir produtos que serão transformados em dinheiro para o trabalhador conseguir seu sustento e, com isso, o capitalista recebe do trabalhador, meia jornada de trabalho para a produção de outros produtos que serão em benefício total do capitalista. Pretende ser uma troca na qual o trabalhador utiliza os recursos do capitalista por meia jornada diária em proveito próprio, e oferece ao capitalista meia jornada de sua capacidade de trabalho para o proveito do capitalista. Isto fica explícito através do parágrafo abaixo citado:

“O valor diário da força de trabalho importava em 3 xelins, pois nela se materializava meio dia de trabalho, isto é, custam meio dia de trabalho os meios de subsistência quotidianamente necessários para produzir a força de trabalho. Mas, o trabalho pretérito que se materializa na força de trabalho e o trabalho vivo que ela pode materializar, os custos diários de sua produção e o trabalho que ela despende são duas grandezas inteiramente diversas. A primeira grandeza determina seu valor de troca, a segunda constitui seu valor de uso. Por ser necessário meio dia de trabalho para a manutenção do trabalhador por 24 horas, não se infira que este está impedido de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e o valor que ele cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas”.⁴⁵

Através desse parágrafo, Marx está dizendo que o segredo da produção da mais-valia é a diferença sutil existente entre o valor de troca e o valor de uso, sendo este último maior do que o primeiro; não obstante, os cálculos de remuneração foram realizados tendo por base um mesmo valor, o valor de troca.

⁴⁴ Cujo título é “Processo de Trabalho e Processo de Produzir Mais Valia”.

⁴⁵ Marx, op cit, p. 218.

O decisivo deste fenômeno encontra-se no fato de que o valor de uso específico da força de trabalho ser algo produtor de valor, e de mais valor do que ela mesma possui em si, principalmente. A exploração da força de trabalho do trabalhador só acontece porque, como todas as demais transações mercantis, o trabalhador, enquanto vendedor de sua mercadoria, realizou na transação o valor de troca que sua mercadoria possui e alienou seu valor de uso.

Se considerarmos a circunstância de que a manutenção da força de trabalho só custar meia jornada de trabalho, apesar de o trabalho poder se estender pela jornada inteira, significa que o valor que sua utilização cria durante um dia é o dobro de seu próprio valor de um dia.

Esse é o método pelo qual dinheiro se transforma em capital. Toda a transformação do dinheiro em capital se opera na esfera da circulação de mercadorias.

Concluindo, Marx afirma que se comparado "...o processo de formação do valor com o processo de valorização , vemos que o processo de valorização não é nada mais do que um processo de formação de valor prolongado além de certo ponto. Se este dura apenas até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um novo equivalente, então é um processo simples de formação de valor. Se ultrapassa esse ponto, torna-se processo de valorização".⁴⁶

⁴⁶ Opus cit, p. 161.

TERCEIRA PARTE:

Algumas Considerações

Considerações sobre a alienação em Hegel

Cabe a este autor o mérito de ter sido o primeiro a relacionar alienação e trabalho.

Porém, a relação que estabeleceu foi mais em função do trabalho ser um dado caracterizador da existência humana; sendo que a manifestação da existência humana, por não ser existência pura, é alienação. Em consequência, o trabalho seria inevitavelmente alienado.

De uma só vez, Hegel afirma ser a sociedade uma instância alienada e nega essa alienação como contradição ao sistema social vigente (seja ele o capitalismo, ou outra forma de organização social qualquer), a contradição está no real da existência humana, e não em sua forma capitalista. Sustenta que essa alienação não é contraditória, porque é um momento imprescindível para que o ser possa realizar o deslocamento que o possibilitará tecer considerações sobre sua natureza, objetivando-a e voltando a si mesma.

Não há a desigualdade e luta entre classes, mas sim o embate do homem consigo mesmo, e com seus pares, no percurso para poder ascender ao “Espírito Absoluto”.

Para Hegel, não há relação com o outro enquanto já uma relação social; aparentando que as relações dos homens não são relações entre si, mas entre uma abstrata idéia de homem.

A superação da sociedade, que é uma sociedade desigual, não está na ação político-social - trabalho humano -, encontra-se na/pela reflexão humana a respeito de sua essência (trabalho abstrato, imaterial). Mesmo porque, o mundo objetivo “não é nada”, é uma ficção que, como tal, não deve afligir demasiadamente os homens, deve ser superada

Através do seu discurso sobre a alienação, transfere os problemas sociais, reais e palpáveis, para a esfera da abstração, do puro pensamento. Ou seja, o trabalho não só é alienação porque objetiva no mundo a “consciência pura”, mas também é nocivo porque ocupa o homem com atividades que o distanciam da reflexão sobre si que poderia levá-lo a alcançar o que Hegel denominou o “Espírito Absoluto”.

Considerações sobre a alienação em Feuerbach

Novamente a relação foi a relação sujeito, tal como havia sido também em Hegel - objeto, porque não a relação sujeito - sujeito?

Porque para esses dois pensadores, não fazia sentido conceber a relação sujeito - sujeito, uma vez que significaria a relação de algo consigo mesmo, ou seja, a ausência de relação, posto ser o sujeito (e nisso estava incluso toda a humanidade) essencialmente indistinto de si mesmo; “objeto” distinguível apenas em relação aos outros objetos.

Feuerbach representa uma avanço considerável em relação ao seu mestre.

Afirma que o problema não é um problema abstrato, solucionável apenas pela abstração, não é um problema da consciência, mas sim da existência objetiva. Logo a solução deve ser dada na sociedade enquanto tal.

Por assim dizer, reconhece a problemática da existência humana como algo concreto, ainda que não social propriamente dito, ao invés de concebê-la como filosófica-especulativa. Esse é seu grande mérito.

O maior entrave de seu pensamento é conceber o homem como ser genérico e não como ser que se inter relaciona socialmente, postulando a superação de seus problemas de forma “ideal”, via tomada de consciência; porque os problemas da humanidade não são problemas do homem com o homem, mas do homem com (em busca) da idéia de homem.⁴⁷

É como se estivesse dizendo (e estava) que a tomada de consciência fosse a última instância para o ser, desconsiderando o fato de que essa consciência deveria agir sobre o todo social transformando-o radicalmente.

Porém, o que designei logo acima como sendo o “maior entrave” do pensamento de Feuerbach, tem sustentação na concepção abstrata (metafísica) de homem que este autor nos oferece. Contrariamente ao que indica em alguns momentos - principalmente quando pretende fundar o materialismo -, o homem que ele descreve é um ser abstrato e não o homem real e histórico que ele talvez tivesse em mente.

À esse respeito, Vasquez⁴⁸ nos diz que “em Feuerbach, o que se aliena é o homem em geral; a alienação se depreende de sua natureza humana, ou seja, da essência do homem como ser natural, sensível, mortal e limitado. É uma necessidade antropológica, por isso estranha ou indiferente ao homem histórico, concreto e social.”⁴⁹

Considerações sobre os “Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844”

Na obra que aqui está sendo considerada, Marx realiza um avanço em relação aos seus predecessores: Hegel e Feuerbach.

⁴⁷ Veremos que tal idéia continua presente também nas obras do “jovem” Marx, sendo superada apenas pelo Marx “maduro”.

⁴⁸ “Filosofia da Práxis”; vide bibliografia.

⁴⁹ Filosofia da Praxis, p 435

Do primeiro, aproveita a vinculação de alienação com o trabalho. Ambos vem o trabalho como produtor de alienação, só que assim procedem por razões significativamente distintas.

Em Hegel, o problema está no trabalho visto como manifestação do ser e, na qualidade de manifestação, significa que pelo trabalho o ser não é em si, mais um desdobramento que o leva a distanciar-se de si mesmo, afastar-se de sua “natureza”.

O trabalho na medida que representa a objetivação da “consciência pura”, sempre portanto, aliena em relação à consciência.

Em Marx, o trabalho é encarado como objetivação também, todavia no que em Hegel era negativo passa a ter o sinal positivo. A objetivação é positiva porque é a finalidade intrínseca ao ato de trabalhar.

Se concorda com Hegel, em que o trabalho produz alienação, é porque na sociedade capitalista burguesa o trabalho está descaracterizado e, ao invés de objetivar a existência do trabalhador e reforçá-la, ganha autonomia, torna-se abstrato⁵⁰ e volta-se contra quem o produziu.

A essência do trabalho é produzir alienação, embora o seja apenas na sua versão capitalista.

De Feuerbach, conforme Santos postula, guarda o mérito de compreender que o problema da existência humana e sua resolução encontra-se circunscrita ao próprio homem, não lhe é exterior, como na idéia do “Espírito Absoluto”.

Mais ainda, além de ser um problema do homem, tem sua existência na realidade social, nas relações entre os homens e na sua expressão como trabalho - nas relações sociais de produção capitalista -, não está difusa na contemplação religiosa nem na abstração.

Porém, como crítica, fica o fato de não ter caracterizado corretamente o homem. Ou seja, tomou como ponto de partida uma abstração, o “gênero humano” que, se por um lado, manifesta-se na realidade, por outro, é anterior à ela, é algo primordialmente ideal e não real.

Segundo Marx, esse “ideal” tem que se tornar real pelo trabalho e, por essa razão, é que apresenta o comunismo (no qual não há a objetivação do trabalho alienado: a propriedade) como solução.

Destaco, contudo, o fato de ser essa solução uma solução falsa, pois visa fazer o homem - o gênero humano através da classe operária - retornar à “essência” perdida do gênero.

A ênfase emprestada ao trabalhador é justificada no fato de ser ele a base de sustentação do modelo de sociedade capitalista (porque é a classe que produz os meios de subsistência do modelo vigente) - apesar de não ser a classe responsável pela direção social.

⁵⁰ O que no “O Capital”, ganhará o nome de “trabalho humano abstrato”.

Pela interpretação que Santos dá a obra marxista, a consciência de classe equivale à consciência de gênero, porque a consciência não surgirá em nenhuma outra classe, pois todas as demais encontram-se mais afastadas de sua natureza humana que é o trabalho. Por vivenciar o trabalho e experienciar em si as contradições dele advindas, é a mais apta a superá-las e, através dessa superação, reencontrar-se com a “essência” da espécie.

Considerações sobre “A Ideologia Alemã”

Favorável à construção teórica de Marx na A Ideologia Alemã, está o fato de, nesse livro, ter acertado as contas com o humanismo e, ao fazê-lo, identificá-lo como ideologia sem fundamento na realidade. A fundamentação do humanismo está na identificação do homem com uma “consciência pura” anterior à sua concretude. A abstração humanista é reputada como um “fantasma”.

Ao superar o humanismo, funda uma nova interpretação da sociedade, desta vez, partindo de um dado real inquestionável em sua concretude: a existência real dos homens.

Esta premissa, em somatória às demais premissas propostas, é a base do materialismo histórico.

A essência do homem deixa de ser uma abstração, tal como fora sob o humanismo, para transformar-se em realidade: “seu próprio processo histórico.”

Para Marx, o homem é um ser real que nas/pelas relações sociais vai perdendo o contato com sua realidade, porque as manifestações de si que deveriam ser objetivas, assumem um aspecto abstrato e autônomo, caracterizado pela divisão de trabalho e o surgimento do trabalho teórico. Identifica o surgimento do trabalho teórico com o surgimento da alienação, sendo ambos a mesma coisa. A gênese da alienação, nas palavras do autor, um “momento irreversível”.

No meu entender, o equívoco de Marx nesse momento⁵¹, é acreditar que o homem vá “perdendo o contato” com a sua realidade, ou que as relações humanas tornem-se autônomas em relação aos homens. Considero que apesar de assumir a aparência de autonomia, como no caso das relações entre homens querer assumir contorno de relações entre mercadorias, no fundo o fato continua inalterado: são igualmente relações de homens com outros homens, independente das aparências que possa assumir ou dos conceitos que o discurso possa criar.

De qualquer forma, Marx demonstra-nos, de certo modo, uma insatisfação com a opção tomada por si nessa obra, através de seu comprometimento “...com o idealismo detestado...”⁵²

⁵¹ Equívoco que não identifiquei no livro primeiro do “O Capital”, capítulo I.

⁵² Santos, op cit, p 78.

Considerações sobre O Capital, capítulos I, IV e V

Em O Capital, nos capítulos especificados (principalmente no primeiro capítulo), Marx consegue demonstrar de forma satisfatoriamente convincente como o homem “constrói” historicamente e socialmente a si mesmo, bem como os objetos, e tipos de relações que estabelece com seus pares.

Essa “construção”, que é social, parte de uma realidade concreta e inapelável - a própria existência humana - e acaba ganhando contornos os mais sofisticados. Bom exemplo disso, é a capacidade de atribuir aos objetos de uso e satisfação de suas necessidades outro valor do que não aqueles ligados estritamente à função dos objetos, ou seja, o “valor” ou “valor de troca”.

Também é exemplo dessa mesma “construção”, a capacidade de dar ao “valor”, que em si, só tem existência social e não material, um corpo que o represente, como é o caso do dinheiro, cujo único valor de uso intrínseco a si é o próprio valor de troca.

Nesse encadeamento de fatos, surge como conseqüência natural a capacidade do homem de dissimular suas relações de exploração mútua atrás da idéia de relação entre mercadorias, ou coisas.

Tudo isso atesta a capacidade humana de abstração.

É essa mesma abstração que faz com que coisas tão pontuais como o trabalho de um tecelão, em um tempo-espaço específico, tomado aqui como exemplo, possa ser dissolvido dentro de um título tão vago e genérico como “trabalho humano abstrato”.

Em O Capital, nos capítulos já citados, Marx simplesmente aponta como as construções histórico-sociais dos homens podem assumir dimensões paradoxais, passando, inclusive, a ter aparência outra coisa que não humana.

Voltando novamente às palavras de Marx: “O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos do trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existentes fora deles, entre objetos”.⁵³

Essa é a definição de fetichismo que Marx empregou em substituição ao termo alienação, posto que, a realidade apesar de dotada de aparência que nega o dado humano das relações, ainda continuam sendo relações de homens; motivo pelo qual o termo alienação deixa de ser adequado.

⁵³ Marx, op cit, p. 81.

Como nova categoria de análise encontramos o termo fetiche como sendo o substituto, pelo menos em parte, oferecido n' *O Capital*, para o lugar que antes era ocupado pela alienação.

É ainda Santos⁵⁴ que nos dá o sentido etimológico de fetiche: oriunda do português “feitiço” (do latim *factitus*), que significa “artificial”; “factício”; “postiço”; “falso”; mas também “encantado” e “fascinação”.

Fetiche quer determinar o empréstimo de poderes sobrenaturais - superiores à natureza do objeto em questão - ao dinheiro, expressão do valor abstrato (valor de troca) das mercadorias. Determina também o movimento no qual a abstração vai confundindo-se tanto na realidade social que acaba tornando-se a motivação primeira da sociedade, sendo impossível dissociá-la do ambiente social.

Alguns autores, e dentre eles Vasquez (1990), enxergam no fetiche a continuação do raciocínio que antes tomava corpo no conceito de alienação, mais que agora necessita de um novo conceito, pois a polissemia do termo antes empregado se mostra de pouca utilidade para o materialismo⁵⁵:

“O conceito polivalente (de alienação) que encontrávamos nos **Manuscritos** e que ainda era tributário de uma concepção um tanto especulativa da essência humana, se converte em conceito que explica o modo de se apresentarem as relações sociais que os homens estabelecem, o fetichismo exprime tanto a coisificação dessas relações com o caráter fantasmagórico dos objetos nos quais esse processo se corporifica. Desse modo, produtos sociais - do trabalho humano - aparecem funcionando como fetiche.”⁵⁶

Não obstante, esse mesmo autor considera que a distância que separa um conceito do outro - de alienação a fetiche - “é a distância que medeia entre a concepção de trabalho ainda não fundamentada cientificamente” de uma já fundamentada cientificamente. Razão mais que suficiente, no meu entender, não só para a utilização de fetiche, como para a caracterização de alienação como um conceito ideológico.

Considerações sobre o desenvolvimento do pensamento marxista

Primeiramente, para fins de compreensão, devo justificar o porque da palavra “desenvolvimento” figurar no título do presente item desse trabalho.

Ao fazer menção e uso do termo desenvolvimento, estou unicamente me reportando ao fato de, na evolução do pensamento marxista, o conceito de alienação figurar primeiramente como categorial fundamental de análise, para depois ir perdendo a

⁵⁴ Marx, op cit, p. 79.

⁵⁵ Ao contrário da importância que desempenhou no humanismo.

⁵⁶ Vasquez, op cit, p 452.

importância central, dando lugar ao aparecimento, em O Capital, do termo fetichismo, sendo não mais utilizado por Marx a partir de tal momento.

Interpreto tal constatação como sendo sinal da própria superação, por parte do autor, da problemática do humanismo, qual seja: a proximidade ou distanciamento do homem de sua “natureza” ou “essência”.

Para o materialismo histórico, o que importa é descobrir como as relações entre homens foram se constituindo até chegar à forma atual, talvez mais complexa e sofisticada, mais ainda relação entre homens; motivo pelo qual o termo alienação talvez não seja o mais apropriado, por dar a impressão de que os homens, no caso os explorados, encontrariam-se fora de si, ou despossuídos de si mesmo.

Conclusão

Foi possível, através do estudo realizado, perceber uma transformação clara e gradual do conceito alienação, desde Hegel a Marx, como também do “jovem” ao “velho” Marx.

Dentre todas as interpretações possíveis e apresentadas para o termo alienação, reputo ser a concepção do Marx de O Capital, nos capítulos já mencionados, aquela que está melhor colocada, ainda que tendo superado o uso do conceito, propondo em seu lugar o termo fetichismo.

No meu entender, fetichismo é mais apropriado do que alienação, porque dá a justa medida de que tudo continua sendo relação entre homens, apesar de uma aparência que tente fazer acreditar na relação entre coisas.

Através do trabalho de Schwartz, podemos verificar como o trabalho é campo de formação/transformação da identidade, motivo pelo qual o termo trabalho alienado deve ceder lugar a outros termos, tais como: opressão no ambiente de trabalho, exploração no ambiente de trabalho, jogo de poder no ambiente de trabalho, etc.

O trabalho, as atividade de trabalho, e o próprio ambiente de trabalho, modificam o ser totalmente, bem como sendo essas modificações incorporadas ao ser mesmo fora de seu ambiente de trabalho. Em contrapartida, o trabalho é concebido/executado/entendido, conforme o “ser-passado” do trabalhador (a identidade anterior ao trabalho), explicitando assim porque o trabalho nunca é idêntico para todos, senão semelhante, respeitando as particularidades, até mesmo físicas de cada trabalhador.

Não é coerente reduzir o homem à consciência, como intentou o humanismo, pois que, ainda que não totalmente racionalizado, os atos humanos são humanamente legítimos; mesmo em atos mecânicos, todo o ser do trabalhador é convocado para realizar aquela função (inclusive intelecto), como nos demonstrou Schwartz.

O homem nunca é dominado totalmente pelo trabalho, como também, provavelmente, nunca dominará totalmente o trabalho, não obstante isso, será sempre homem e trabalhará sempre.

Bibliografia

ALTHUSSER, Louis. A Favor de Marx. 2ª edição. Trad. Dirceu Lindoso. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1979.

BURREL & MORGAN. "Em Busca de uma Estrutura" Trad. Livre de James Patric Mayer. Texto Mimeografado.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital. 9ª edição. Trad. Reginaldo Santana. Editora Difel: São Paulo, 1984.

SCHWARTZ, Ives. "Travail et Usage de Soi", in Schwartz, I. Travail et Philosophie. Convocations mutuelles. Octares Editions, ???

SANTOS, Laymert G. dos. Alienação e Capitalismo. Editora Brasiliense: SãoPaulo, ?

VÁSQUEZ, Adolfo S. Filosofia da Praxis. 4ª edição. Trad. Luis F. Cardoso. Editora Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1990.